

Entrevista com o Professor CELSO FURTADO

1. PRÓLOGO

A entrevista com o Professor Celso Furtado apresentada a seguir foi realizada em abril de 1996, em sua residência, em Paris. À época eu estava na França, escrevendo minha tese de Doutorado e, aproveitando a oportunidade, solicitei-lhe a realização de uma entrevista, no que fui prontamente atendido. Meu objetivo era ouvi-lo sobre a ação do Estado brasileiro no âmbito do planejamento econômico à luz da experiência da Sudene. Contudo, para minha satisfação, a conversa se estendeu, enveredando por temas e questões que em muito ultrapassavam meu objeto de pesquisa, privilegiando-me com uma aula de economia, mas também de Brasil, dessas aulas raras que se tem uma ou outra vez na vida. Uma aula sobre o meu país, focada sobretudo no Nordeste, onde, por adoção, tenho raízes muito fortes. O Professor Furtado falou então do Nordeste, seu Nordeste, essa mesma região que durante algum tempo me propus a estudar e que, em sua fala, se abria em uma roupagem diferente, muito mais rica em sua diversidade, muito mais interessante e complexa.

O Nordeste da ótica de Furtado é, antes de tudo, o Nordeste da possibilidade; da viabilidade de uma ação transformadora, e que engendra as condições para uma alteração profunda na secular e cartorial estrutura social nordestina. Por isso seu projeto foi obstado em 1964. Mesmo assim esse foi também, durante muito tempo, o projeto de uma geração, talvez a nossa geração mais profícua. O Nordeste de Furtado é o Nordeste da Sudene (a Sudene de Furtado), do não-conformismo, da não-tragédia, da busca da mudança. Em suma, a transformação econômica e, principalmente, social - com bases científicas e também políticas - sempre foram os grandes marcos da obra e do legado furtadianos.

Mas para Furtado é também, vale lembrar, o Nordeste da necessária e incontida indignação; aquela indignação que contagiou todo o Brasil num tempo de sonho. O sonho de um Nordeste sem miseráveis e sem fome é o mesmo do Brasil. Um e outro parecem, hoje em dia, hibernar a espera de uma nova janela na história.

Essa mesma indignação, mais recentemente, Furtado voltara contra própria ciência econômica, cada vez mais permeada pelo que chamou de “uma visão apologética”. Os modelos abstratos, axiomáticos e, sobretudo, grandemente ungidos pela numerologia e pela estatística, parecem distanciar a ciência econômica de alguns marcos fundamentais: a percepção do contexto histórico, da política, da sociologia, enfim, das ciências humanas e de uma visão humanista.

Tudo isso, nessa entrevista, é destilado pelo pensamento de Furtado com uma densidade sempre impressionante, mesmo para seus leitores habituais, meu caso.

Durante mais dez anos, guardei-a como uma espécie de souvenir . Sua publicação me parece ser a maior homenagem que, modestamente, poderia prestar ao nosso economista maior e grande mestre.

Em tempo, devo agradecer, de coração, ao inestimável apoio de Rosa Aguiar, viúva de Celso Furtado. Foi Rosa a grande responsável, à época, pela realização da entrevista, tendo sido meu primeiro contato para chegar ao mestre. Agora, nessa última etapa, ela se dispôs, de uma maneira absolutamente generosa, malgrado algumas vicissitudes pessoais, a rever a transcrição. Sua revisão, fundamental e definitiva, deu o retoque final, dirimindo muitas dúvidas advindas sobretudo das expressões e vocábulos utilizados, dificilmente inteligíveis a partir da audição de uma precária fita k7 de uma década atrás.

Brasília, setembro de 2007.

Mário Theodoro.

2. A ENTREVISTA

MÁRIO THEODORO – *O sr. poderia começar nos falando um pouco sobre a idéia de Planejamento.*

CELSO FURTADO - Minha concepção de planejamento construiu-se a partir do que aprendi sobre os Estados Unidos, na época em que eu era técnico de Administração. Li muitos autores americanos que escreveram sobre problemas de planejamento, e com eles aprendi — e fiz um trabalho sobre esse tema — que não existe nenhuma ação possível sem planejamento. E isso vale, para começar, nas empresas. Qualquer grande empresa tem seu setor de planejamento. Planejamento como previsão das opções futuras e indicação de estratégias de ação. Portanto, na minha época o planejamento era considerado uma conquista definitiva, era a única maneira de se reduzir o coeficiente de incerteza. Hoje em dia (risos) se considera que a economia, por exemplo, pode ser substituída pelos mecanismos de mercado. É evidente que uma pequena empresa pode se orientar *au jour le jour* (no dia a dia), mas uma grande empresa, que tem de fazer investimentos que se amortizem em cinco anos, dez anos, necessita de um planejamento considerável. E se uma empresa necessita, imagine o governo, que é um volume de empresas, um conjunto de ações convergentes para um objetivo socialmente aceito, desejado. Então, tentar saber que importância tem o planejamento, se ele é ou não possível, se é ou não necessário, é uma discussão que não muito cabimento. É melhor partir do princípio de que há muito tempo se estabeleceu como evidente que não existe ação ampla sem planejamento, do contrário será como uma brincadeira de cabra-cega, será um jogo de tentativa e erro.

MT - Mas , pegando o exemplo brasileiro, esse nosso velho conhecido, o sr. não acha que nos últimos 10 ou 15 anos o governo está brincando um pouco de cabra-cega? E, ao mesmo tempo, o sistema de planejamento no Brasil, que é uma coisa que o sr. conhece muito bem - já que o montou, inclusive - não está completamente desarticulado?

CF – Sim, isso aí já é outra coisa. Trata-se de planejamento macroeconômico. Uma coisa é planejar no setor público, outra é planejar no setor privado. No setor privado, planeja-se em função de objetivos perfeitamente definidos: maximizar lucros, ou o que seja. Ao definir esses objetivos, você os clareia, e o planejamento torna-se muito fácil, pois se trata apenas de adequar os meios aos fins. Quando se trata do setor público, o planejamento é muito mais complexo, pois joga com opções, valores políticos. Se os objetivos não são perfeitamente definidos, se dependem da interação de forças sociais, de debates, do estado da opinião pública etc., já não se pode falar propriamente de planejamento pura e simples, mas de planejamento macroeconômico. O planejamento é uma disciplina para a ação, é injeção de racionalidade na ação, e aplica-se a certas atividades humanas, mas não a todas. Eu planejo minha vida de uma forma muito geral, mas se tiver de planejar a organização do meu trabalho vou fazê-lo de uma forma muito mais concreta, específica. No caso do Brasil, chegamos a uma situação um pouco paradoxal em que as pessoas não percebem mais a importância do planejamento, esquecendo que o Brasil é um país em construção. O futuro do Brasil depende muito da forma de agir hoje em dia. Na França o planejamento é importante, no campo financeiro e no setor social, por exemplo. Até hoje não desmontaram o sistema de planejamento francês, o *Commissariat au Plan* está aí funcionando e estabelecendo o campo de opções do governo. Quem vai tomar decisões, toma-as num campo perfeitamente iluminado pela ação do planejamento do *Commissariat au Plan*. No caso do Brasil, que é um país em construção, há tanta coisa ainda por completar, não se resolveu nem sequer a questão urbana... temos cidades caóticas... e o planejamento urbano é algo elementar. É o que os americanos chamam de *zoning and planning*. Já desde o século passado [século XIX] as cidades americanas têm os seus departamentos de planejamento para não permitir que as cidades se desenvolvam de forma caótica, como era na Idade Média, como era no próprio século XIX. Portanto, o planejamento que envolve grande participação do governo é algo mais ou menos aceito como normal. Se você perguntar, por exemplo, ao pessoal de estradas e rodagens como se apresenta o futuro, eles vão dizer: está aqui o plano de cinco anos, e vamos fazer assim. Quem pode fazer grandes estradas se não com planejamentos de médio ou longo prazo? Mas se você se refere à economia, a um planejamento macroeconômico, aí é diferente, porque o planejamento macroeconômico implica que o governo pretende ter uma política ativa no campo monetário, no campo fiscal, no campo tecnológico... Se quiser planejar no campo da tecnologia, evidentemente tem que se colocar num horizonte de tempo razoavelmente amplo; se quiser planejar no campo financeiro, já é um horizonte de tempo mais curto, porque os mercados financeiros comportam-se a curto prazo. Portanto, um planejamento depende da característica do próprio setor. Mas hoje em dia ninguém pode imaginar governo sem

planejamento. Os americanos tinham uma definição de planejamento como sendo um orientador de toda ação de empresa ou de governo. Estudei inicialmente administração, e todas as minhas idéias sobre planejamento aprendi primeiro pensando no Estado como administrador. Trabalhei no DASP [Departamento de Administração do Serviço Público], foi meu primeiro emprego. O DASP era, naquela época, o órgão de planejamento de destaque, como se dizia, e que preparava os estudos sobre ações do governo a médio e longo prazo. É curioso como se pensava na época que planejamento era coisa do socialismo. Na verdade, quem mais desenvolveu a idéia de planejamento foram os americanos. Um governo que não tem plano é porque, na verdade, está sem roupa, está sem saber para onde vai. Aliás, todos os governos que tivemos no Brasil, militares ou não, procuraram ter uma referência de planejamento. Fernando Henrique, por exemplo, logo publicou o plano dele de governo, um livro que tenho lá em casa, que ele me mandou na época da campanha. Portanto, todo mundo aceita a idéia de planejamento. Não se deve pensar na opção ter ou não ter planejamento; no entanto, pode-se, como eu dizia, pensar, em função dos objetivos, qual é o planejamento mais adequado.

MT – Mas na perspectiva do planejamento como uma ação do Estado, no caso principalmente dos países em desenvolvimento, nos caso das regiões mais subdesenvolvidas, por exemplo, o Nordeste: o planejamento na Sudene. Era uma ação, na época em que foi concebido, e o sr. coloca isso muito claramente no seu livro, era uma ação que visava inclusive a transformação, transformar a estrutura, o planejamento como ação transformadora, o Estado como...

CF – Tratando-se de um país subdesenvolvido, em construção, um país com problemas estruturais enormes como é o Brasil, o planejamento é muito mais complexo e exige uma vontade política muito maior, o que vai se chocar com interesses, evidentemente. O planejamento de uma empresa é relativamente simples, eu diria que é só adequar os meios aos fins. Mas no planejamento feito por um órgão como a Sudene, tratava-se, em realidade, de diagnosticar as causas do atraso relativo do Nordeste e de seus desequilíbrios sociais. E tentar modificar isso. Era uma ação visando modificar estruturas. Aí tinham que ser enfrentadas grandes dificuldades. Manter viva a Sudene foi uma verdadeira batalha. Todos os dias havia uma dificuldade nova. E no Parlamento formou-se um partido a nosso favor e outro, enorme, contra. Eu bem me lembro de que quando conseguimos aprovar a lei da Sudene foi contra a maioria dos deputados nordestinos. Portanto, só foi possível a Sudene porque o Sul do Brasil tomou consciência do perigo que é para todo o país a miséria do Nordeste. Na realidade, precisou-se de uma estratégia muito especial. Tratou-se de obter apoios no Sul do Brasil. Tive enorme apoio da imprensa do Sul. Do “Correio da Manhã” — cujo dono, Paulo Bittencourt, me deu apoio irrestrito — ao “Estado de São Paulo”. Ou seja, os grandes jornais da burguesia, dos grandes interesses do Sul do Brasil me apoiaram. Percebi que podia fazer uma aliança tática com eles. É claro que, quando se fosse entrar em problemas mais específicos, como o da reforma agrária, já poderia haver dificuldades. Mas, de uma maneira geral, estavam todos conscientes de que era uma vergonha para o Brasil ter uma região numa situação

como a do Nordeste. Aliás, acabo de ver uns dados agora que são impressionantes: os 10 por cento mais pobres do Nordeste têm uma renda que é inferior à renda dos 20 por cento mais pobres da China. Na China é 760 dólares, no Brasil, 556 (dólares). É que a situação do Nordeste, naquela época, era gravíssima... Eu estive há pouco no Nordeste e me perguntaram sobre a questão do crescimento, e respondi muito claramente que o problema do Nordeste não é crescimento, porque o Nordeste é uma das regiões pobres que mais cresceram no mundo em termos de renda *per capita*. E, na realidade, a renda *per capita* do nordestino cresceu mais, ou um pouquinho mais ou igual, que a do Brasil inteiro. Isto é, o Nordeste pôde acompanhar o crescimento do Brasil, que foi, nesse período, um dos mais rápidos do mundo. O Brasil foi um dos países que apresentaram taxas de crescimento das mais altas do mundo nos trinta anos depois da Segunda Guerra Mundial. O Nordeste acumulou atraso com respeito ao resto do Brasil, até a criação da Sudene. Depois, o Nordeste emparelhou e cresceu, em vários decênios, mais que todo o Brasil. Portanto, não é um problema de crescimento. Hoje em dia, a renda média do Nordeste é muito superior à da China, da Índia, da África, etc. O que se passa é que não existe nenhum país do mundo com a renda tão mal distribuída como a do Nordeste. Se a renda do Brasil é a mais concentrada do mundo, e isso são dados publicados pelo Banco Mundial, a do Nordeste é ainda muito mais concentrada que a do Brasil. É um caso escandaloso. Portanto, o problema do Nordeste é social, não é econômico. Hoje em dia, a renda média do brasileiro é quatro mil dólares, a do Nordeste é pelo menos dois mil dólares.

MT – *A metade...*

CF – Aproximadamente... Deve ser pelo menos a metade, pois a renda média do Nordeste deve estar um pouco acima da metade do Brasil. Mas digamos que seja a metade: dois mil dólares. Essa é uma renda relativamente alta para o Terceiro Mundo. Mas quando se analisam o quadro social, a questão de concentração de renda, do desemprego estrutural, da exclusão, a saúde, a mortalidade infantil, então se vê que o Nordeste está em situação muito ruim. Portanto, hoje em dia, o verdadeiro planejamento será corrigir isso, e não tanto, como foi na minha época, estimular a economia. Quando eu cheguei ao Nordeste, como expliquei num de meus livros, já havia bastante tempo que a economia nordestina estava em declínio. Vinha perdendo terreno, perdendo terreno e andando para trás. A situação era de pânico. Tudo era contra o Nordeste, inclusive a política cambial do Brasil. E os nordestinos ricos só investiam no Sul do país. A indústria têxtil, que tinha sido tão importante para o Nordeste, estava em decomposição, se acabando... e era a que criava emprego... É interessante observar que o plano para modernizar a indústria têxtil do Nordeste, que nós tivemos que fazer, implicou em se perder cerca de 30 mil empregos. Portanto, os problemas eram muito específicos e sociais: como evitar que a modernização da indústria criasse problemas mais difíceis ainda. Daí essa preocupação de investir no interior, em ações agrícolas, etc.

MT – *A Sudene tinha um projeto, como o sr. coloca bem claro, os quatro pontos da operação Nordeste... projetos de modernização do Nordeste, projeto de industrialização, como uma forma de tirar a região do atraso....*

CF – Mas também com mais consciência de que o papel da Sudene era, em grande parte, social. Não se poderia dizer de frente que era preciso mudar, fazer uma reforma agrária no Nordeste, porque naquela época isso era um pecado. Seria caso de polícia. Mas podia-se perfeitamente dizer que, sem resolver o problema da oferta de alimentos, o Nordeste não ia para frente. Não se pode resolver o problema, nem social, nem econômico do Nordeste sem resolver o problema da falta de alimentos.

MT – *O que implicava em falar, por exemplo, que a Zona da Mata poderia...*

CF - Exatamente. A Zona da Mata... como usar melhor as terras da Zona Úmida? Era um objetivo nosso, como abrir uma fronteira agrícola e como usar melhor o semi-árido. Portanto, tudo isso exigia reformas estruturais. Você tinha que empregar uma linguagem meio sibilina, entende? Porque o atraso maior do Brasil está na cabeça da gente rica, que, naquela época, via espantalhos em tudo... Hoje em dia pode-se falar em reforma agrária, em tudo isso... é até progressista, é até bem aceito. Mas naquela época não era possível. Havia um artigo na Constituição que impedia se fazer qualquer reforma agrária. Foram os militares que modificaram isso, quando chegaram.

MT – *Com o Estatuto da Terra...*

CF – O Estatuto da Terra... Permitiu modificar um pouco. É claro que não souberam aproveitar, mas eles tinham consciência da coisa...

MT – *Acho que o papel da Sudene foi muito importante nessa época em nível nacional... Mas o sr. fez gestões para que a autoria do Projeto para o Nordeste fosse atribuída ao GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) como uma preocupação de que a coisa...*

CF – Não se ligasse muito à minha pessoa.

MT – *Sim. Sim...*

CF – Eu fiz aquele informe sozinho. Como diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, guardei-o em meu poder e o GTDN só tomou conhecimento do documento depois de pronto. Como eu já disse...

MT – *Foi.*

CF – Porque o GTDN não tinha economistas. Tinha um grupo de especialistas...

MT – *Ah sim? Eu pensava que tinha economistas...*

CF – Não, não tinha nenhum economista. Eram engenheiros, especialistas em solo, principalmente, em clima... para fazer um diagnóstico sobre a situação do Nordeste. Onde havia economistas era no Banco do Nordeste. Mas o GTDN propriamente foi criado no Rio de Janeiro. A direção do GTDN estava na mão de um advogado, o Aluísio Campos, que era muito simpático, mas não sabia muito de economia. E foi organizado no Rio de Janeiro um grupo, com a ajuda das Nações Unidas. Quando cheguei para trabalhar no Banco, Juscelino que me disse: “Esse grupo só quer estudar o Nordeste, só faz estudar, não quer passar para a ação...”. Uma bobagem do Juscelino... pensar que se pode fazer alguma coisa sem se estudar antes. Mas com relação ao grupo, visitei-os, conversei com eles, perguntei quando terminariam os trabalhos, e encerramos o assunto. Paralelamente, constituí, eu mesmo, um pequeno grupo com gente minha lá do BNDE, como José Pelúcio Ferreira, para juntar dados e armar um estudo que pudesse ser finalizado mais rapidamente. E o nome do GTDN foi utilizado porque em realidade eu não ia publicar o trabalho como sendo do BNDE. Tinha que publicar como sendo um trabalho desse grupo, e além do mais porque o dinheiro era do GTDN, a verba alocada.... Mas isso não tinha importância nenhuma. A pessoa que se aplicasse em estudar o Nordeste — e eu fiz aquilo em uns dois ou três meses — faria algo parecido porque estava tudo muito evidente.

MT – *Mas mesmo assim o sr. já vinha estudando o Brasil desde a época da CEPAL....*

CF – Eu tinha pensado, acumulado muita coisa desde a CEPAL... Estudava desenvolvimento econômico e minha preocupação era ver o que se poderia fazer pelo Nordeste. Porque naquela época falava-se muito em Nordeste como uma região problema. Então, quando cheguei ao Brasil, foi a condição que apresentei a Roberto Campos, que era superintendente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e me convidou para ser diretor. Eu disse: “só aceito se for para trabalhar para o Nordeste”. Ele disse: “Está bem, você fica dedicado ao Nordeste, e a primeira coisa que vai fazer é cuidar desse GTDN, que está por aí e temos de concluir, mas antes disso temos que apresentar um relatório”.

MT – *Uma coisa que li no seu livro, e que me impressionou bastante, é que o sr. dá o exemplo da Sudene, o tamanho da Sudene em 63 em relação ao volume de recursos arrecadados pelos estados nordestinos, em ICM. O volume de recursos com que a Sudene trabalhava era quase o dobro do total dos recursos dos estados. Significa que o sr., como Superintendente da Sudene, estava à frente de um órgão de planejamento que talvez tenha acumulado naquela época, naquele momento, em termos de poder de transformação, uma coisa que era inédita no Brasil.*

CF – Exato. Sem dúvida nenhuma. Quando se criou a Sudene eu pensei de imediato nisso: ou temos recursos em abundância para investir no Nordeste, ou então não há o que fazer. Tudo lá dependia do governo federal. Os estados eram de uma pobreza franciscana... Já o governo federal, no seu orçamento do Ministério da Viação, tinha

bastante dinheiro para o Nordeste. Ali estava o DNOCS, os órgãos de planejamento de longo prazo, de obras... Mas esse dinheiro estava todo enfeudado, todo dividido entre os políticos do Nordeste. O dinheiro do orçamento do DNOCS, que era o órgão mais importante, já estava totalmente distribuído entre os políticos nordestinos, que tinham posto essas verbas no orçamento, diziam eles. De modo que a primeira batalha foi recuperar isso... E então minha primeira batalha foi mostrar que o DNOCS era um órgão completamente parasitário, na mão do clientelismo, da indústria da seca, o que o desmoralizava. E foi por isso que convidei Antonio Callado para ir ao Nordeste — junto com meu irmão Jorge, que também é economista — e fazer um estudo, veladamente, sobre a situação da indústria da seca. Foi Callado quem inventou a expressão “indústria da seca”. Então foi feita nossa primeira ofensiva para desacreditar essa “indústria”, que levava todos os dinheiros, e para recuperar recursos. Evidentemente, era o pessoal do DNOCS que tinha experiência em trabalhar em açudes, mas eles estavam totalmente enfeudados nas mãos de interesses políticos e de grandes proprietários de terra. Os açudes eram feitos em função desses interesses. As terras que iam ser beneficiadas pelos açudes eram, já de antemão, compradas por essa gente. Era uma pirataria completa, que precisávamos enfrentar. Foi uma batalha. Era preciso ter a vontade de brigar que eu tinha naquela época [risos]....

MT – *Aí que é o início da grande grita dos políticos...*

CF – Exato. Quando eles viram que era para mudar a regra do jogo e para tirar esse dinheiro todo da mão dos políticos e fazer um plano... Mas eu disse o seguinte: esse plano vai ser discutido no Nordeste, a Sudene tem que ser um órgão nordestino, instalado no Nordeste. Tirei do Rio de Janeiro e levei para o Recife. E tinha de trabalhar com gente do Nordeste, era preciso formar um grupo de gente nova... É claro que o Banco do Nordeste me ajudou bastante, pois já tinha sua equipe e nos dispusemos a trabalhar no Nordeste. Mas a hostilidade da classe política era enorme. Houve gente que chegou a extremos para nos criar dificuldades... Tirar o governo federal da mão dessa classe política nordestina, se hoje é o que é, naquela época não era brincadeira, na época da indústria da seca, como se diz... Aí, sim, foi uma batalha. Jogou em meu favor o fato de que Juscelino estava em fim de governo. Só tinha mais um ano e ele só pensava em sua reeleição futura, dali a cinco anos. Ele queria voltar e não tinha compromisso com aquela classe política decadente. Quando surgiu a Sudene, ficou entusiasmado e me disse: “Celso, isso é que é o futuro, vou fazer minha bandeira já para o próximo governo”. A política teve de ser pensada, planejada, em função de objetivos a médio e longo prazos, com os aliados nossos. E percebi que a pequena classe industrial que havia, o pouquinho que havia de classe industrial no Nordeste, ficaria conosco; e que a juventude ficaria toda conosco, com uma liberdade e um entusiasmo tremendo. Houve um político nordestino, aliás do meu estado, da Paraíba, o Argemiro Figueiredo, que se colocou frontalmente contra a Sudene, fazendo os discursos mais incríveis, desaforos pesados contra o pessoal da Sudene. A iniciativa não foi minha, mas houve gente lá no Recife que se organizou para não permitir que ele desembarcasse na cidade [risos]. Fizeram comício contra ele, comício nas ruas. A classe estudantil estava totalmente mobilizada...

MT – *O sr. conta no livro uma história muito bonita sobre a Sudene, muito envolvente, a história da mobilização.*

CF – Sofremos a reação do outro lado. Foi duro, brutal mesmo, enfrentar esses interesses. Mas tivemos aliados poderosos, como o pessoal da igreja, como Dom Hélder Câmara... foi um grande aliado.

MT – *Bem, Dom Hélder também foi muito perseguido na década de 70.*

CF – Ah, muito... Dom Eugênio Sales, que hoje é cardeal do Rio de Janeiro, também foi um grande aliado. Ele estava no Rio Grande do Norte, tinha um projeto, já trabalhava nesse tipo de obras assistenciais, ajudava as pessoas que tinham pequenos projetos. Foi feita uma reunião dos bispos em Natal, e aí houve um grande debate entre eles, que decidiram apoiar diretamente a Sudene. Foi muito importante. Isso representava um potencial de votos, e então a classe política se dividiu. Nem todo mundo tinha coragem de ficar contra nós, porque já sabiam que contávamos com a opinião pública. Era nosso capital político. E imagine que isso tudo foi feito sem gastarmos um tostão em propaganda, não tínhamos verba de propaganda.

MT – *Impressionante a mobilização...*

CF – Houve mobilização. A grande imprensa do Sul... Quando começou a coisa, Juscelino me pediu que entrasse em contato com a imprensa e me deu algumas indicações, como o nome de Paulo Bittencourt, dono do “Correio da Manhã”, e fui lá falar com ele. Expliquei a coisa e ele disse: “Olhe, o que vocês estão fazendo aí é tão importante que o 'Correio da Manhã' vai ser o seu órgão oficial”... Impressionante, o jornal jogou tudo... A imprensa tem um lado muito positivo, não é somente, como geralmente se pensa, algo negativo. Tem gente muito boa na imprensa. É preciso que haja uma motivação...

MT – *Um projeto...*

CF – Um projeto, algo legítimo... Eles sabiam que eu não recebia dinheiro de ninguém, que não fazia negócio nenhum. Estavam dispostos a ajudar. Lembro-me de uma pessoa ligada à imprensa, um sujeito de esquerda... de um jornal importante lá. Procurou-me com um projeto: eu daria tanto de dinheiro e ele faria uma campanha enorme. Eu disse: “mas fulano, essa quantia é imensa, o que aconteceria se se soubesse que dei dinheiro a alguém? tudo o que fizemos iria abaixo... se eu fizesse um contrato de publicidade direta ou indiretamente”... Porque a Sudene era como a mulher de César, não é? [risos] Não podia...

MT – *Eu tenho uma curiosidade... Eu já tinha lido seu livro, mas li agora de novo, até para conversarmos um pouco, e muito à luz das minhas preocupações... do meu*

trabalho.... Em determinado momento do livro o sr. mostra que a Sudene diagnosticou o problema do subemprego e do desemprego nas grandes cidades do Nordeste, até com uma preocupação com a questão espacial, de abrir uma frente de trabalho na pré-Amazônia maranhense para evitar...

CF –Eram duas frentes que nos propusemos abrir, uma no sul, na Bahia, e uma no Maranhão.

MT – *Sim. Certo. E até para tentar diminuir essa coisa.*

CF – Absorver mão-de-obra.

MT – *Certamente.*

CF – E esvaziar um pouco o sertão, porque eu pensava que qualquer desenvolvimento no sertão iria reduzir a mão-de-obra, como acontece em qualquer desenvolvimento agrícola, no mundo inteiro. E particularmente porque não havia recursos para tocar a irrigação em grande escala, que seria a única forma de criar emprego no campo. Iríamos tentar um *dry-farmer*, como dizem os ingleses, ou seja, a agricultura seca, com xerófitos, esse era o plano. Mas, se era preciso esvaziar um pouco o Nordeste de sua sobrecarga humana, como fazer isso sem inchar as cidades mais ainda? Era preciso abrir frentes de trabalho no campo, criar trabalho no setor agrícola. Daí o entusiasmo com que me meti no projeto do Maranhão, que era uma área aberta que poderia ir absorvendo gente.

MT – *Sim, pois é. A minha preocupação é essa... E o que chamava atenção, pelo menos no caso do Recife, era que desde o começo do século a gente tinha muito subemprego, muito vendedor ambulante, biscate, etc. E no seu livro o senhor coloca isso. Mas o que me chamou atenção foi o seguinte: a preocupação da Sudene com políticas específicas para o setor informal, ela aparece, pelo menos do que tenho notícia, pelo que estudei, só mais ou menos no fim da década de 70, e que se faz o discurso “olha, infelizmente se tem que fazer alguma coisa sobre isso”. Mas para mim está um buraco aberto pra trás e é justamente por isso que pergunto: a Sudene tinha algum tipo de ação prevista?*

CF - Ah, nós tínhamos... a ação da frente do artesanato. E por que demos tanta importância ao artesanato? Porque eu percebia que era uma das formas de criar emprego. Era qualquer atividade produtiva artesanal. Por exemplo, as rendeiras do Ceará, que significavam uma mão-de-obra importante... Uma das frentes nossas, com um departamento especial, gente estudando, viajando, fazendo projetos, era criar círculos de produção artesanal, para evitar que as pessoas se deslocassem para a cidade. Mas, em realidade, a ilusão que nós tínhamos era de que o setor formal urbano ia absorver muita gente, por conta do desenvolvimento econômico, em especial o desenvolvimento industrial que estávamos planejando, que seria uma forma de absorção de gente no setor próprio formal. Em segundo lugar, haveria a frente

rural, que consistia principalmente em abrir a fronteira agrícola. E em terceiro lugar, a frente artesanal, que englobava toda atividade que permitisse criar uma renda. Tínhamos outra ilusão, que era de que as obras públicas que iríamos iniciar absorveria muita gente. Naquela época não me passava pela cabeça que a criação de emprego ficasse defasada. Até porque não havia, como há hoje, uma tecnologia tão excludente. Hoje não se cria emprego industrial, nem nos Estados Unidos. Só se cria desemprego. Isso é a novidade. Você está hoje face a uma engrenagem tecnológica, quase como um determinismo tecnológico, que se resume à disjuntiva: criar desemprego ou não crescer. Não havia naquela época esse escândalo de que todo desenvolvimento é excludente. Quanta gente foi se empregar na indústria de São Paulo? Portanto, por que não no Nordeste? Bastava que a indústria não fosse somente para São Paulo, fosse também para o Nordeste. Mas, pelo menos no setor rural, eu tinha a ilusão de que se poderia criar emprego, absorver a mão-de-obra. Eu estava vendo a população civil deslocar-se espontaneamente para o Maranhão. Por que não ajudar isso, ou sistematizar esse movimento, abrir uma frente autêntica de colonização? Além do setor rural, o setor urbano, pequeno, artesanal, seria outra fonte de emprego.

MT – *Elasticidade negativa?... Mas ainda com relação ao projeto da Sudene. Com o golpe militar de 64, o senhor tomou então o caminho dos Andes. A Sudene continuou como um órgão governamental importante, até cresceu em termos físicos, um prédio muito grande...*

CF – Um prédio fantástico...

MT – *Fantástico e muito grande, perto da Cidade Universitária... Como o senhor viu essa Sudene após 64?*

CF – É como já foi dito: a política correspondia a um certo contexto, às forças sociais que a apoiavam. Se se exclui o povo, a opinião pública, se se põem de lado as forças que haviam liderado e sustentado a Sudene, não existe mais a Sudene. Existe o instrumento, um instrumento que pode ser utilizado, e bastante habilmente, para legitimar outras políticas... Mas é impressionante como certas idéias fundamentadas na Sudene persistiram, e, bem ou mal, a verdade é que até hoje a Sudene está disseminando algumas idéias positivas. A Sudene conserva uma certa vocação inovadora. E agora mesmo, quando por lá há essa preocupação com a questão do emprego. Veja como nada se destrói. As boas idéias, como as más idéias, aliás, uma vez que você planta, elas persistem, transformam-se, metamorfoseiam-se, mas não desaparecem... Daí a perguntar, como muita gente vem me perguntar, o que é que eu acho do que está fazendo a Sudene hoje, não posso saber. Porque a Sudene só era Sudene dentro de um certo contexto social e político. Se mudou todo o contexto, necessariamente ela será diferente. Não tem sentido compararmos a Sudene atual àquela Sudene. Pode-se dizer o seguinte: como reforma administrativa, sobreviveu alguma coisa, certa disciplina no uso dos recursos públicos. Não tem havido muita denúncia de desonestidade na Sudene. É verdade que alguma coisa sempre existe, mas não é significativo, ao passo que a administração pública brasileira, no Nordeste

então... Mas, assim como o Banco do Nordeste, na Sudene persiste um certo prestígio do ponto de vista administrativo.

MT – *Mas a Sudene pode ser ainda um instrumento de transformação.*

CF – Ah sim! No momento em que se pretender exercer uma política realmente inovadora no Nordeste, pode-se dizer que já se tem o instrumento na mão. Ademais, com uma disponibilidade grande, porque é um instrumento importante... Estive lá há algum tempo atrás, e sente-se certa frustração porque o órgão não exerce um papel de liderança no Nordeste. E você veja que, até hoje, a Sudene não está na mão da pior política. Esse general que a dirige atualmente [general Newton Rodrigues] está lá exatamente porque não é ligado a nenhuma força política, o que era um pouco a tradição da Sudene. O sistema que montei foi o seguinte: nenhum governador poderia ter tanta força, sozinho, para influenciar os rumos da Sudene. Uns anulavam os outros, ou uns equilibravam os outros, ou uns controlavam os outros. E assim foi feito. Nenhum governante, ou conjunto de governantes, nenhum partido político podia dominar a Sudene. O fato de que, naquela época, sempre havia governadores de pelo menos dois partidos diferentes, era suficiente para que houvesse uma espécie de vigilância, como houve: um equilíbrio muito grande de forças. E vejo que isso em parte persistiu, porque a verdade verdadeira é que, se um governador quiser meter a mão na Sudene, os outros vão denunciar. Se Arraes quisesse meter a mão na Sudene, o Antônio Carlos teria denunciado no interesse da Bahia, etc., ou vice-versa. É porque a própria Sudene sabe se defender. Mas a verdade é que existe uma certa tradição de manter o órgão independente da baixa política clientelística, que é a que domina o Nordeste.

MT – *De fato, em muitas situações o governo federal repassa dinheiro para programas diversos de uma forma clientelística e pontual. Daí a importância dessa preocupação para a qual o sr. chama a atenção, no esforço de afastar a Sudene dessa política pequena...*

CF – Na época dos militares havia forças políticas que poderiam condicionar tudo, e levar para um lado ruim ou um lado bom. Mas eu diria que, se observarmos no conjunto, é como se a Sudene tivesse um pouco de auto-respeito, e ela se defendeu. O staff da Sudene, o pessoal que trabalha lá deve ter criado uma certa mística em defesa do órgão, porque nunca se soube de denúncias de patifarias em grande escala na Sudene. E trata-se de um órgão que manipula muito dinheiro, verbas que poderiam ser tão importantes na politicagem, na pequena política... Castelo Branco teve o cuidado de colocar na Sudene uma pessoa independente da pequena política. Entre os primeiros superintendentes que vieram depois do golpe, houve mesmo um general que tinha muito orgulho de ser uma pessoa independente. Sempre acompanhei um pouco de longe. E agora estive com esse novo superintendente, que não sei se é novo, não sei nem quando começou, mas ele me dá uma boa impressão, tem intenção de acertar. Não é suficiente, porque é preciso ter legitimidade plena. E isso só quem traz mesmo é a classe política. Portanto, é preciso é ter apoio.

MT – *E de qualquer maneira, aquela velha estrutura com que o senhor chocou de frente na época da Sudene, ela ainda existe.*

CF – Ela existe até hoje. Claro que, por exemplo, o estado de Pernambuco com Miguel Arraes é um avanço enorme. Não se pode comparar com o que há de ruim naquela velha estrutura. Mas é evidente que a classe política nordestina nem sempre é flor que se cheire. Se olhamos para o Ceará, por exemplo, para a Paraíba, para Pernambuco, sentimos um certo avanço, uma certa consciência de que já não se podem reproduzir certas coisas. Mas ainda é difícil se fazer qualquer coisa no Nordeste. O que aconteceu no Nordeste foi um enriquecimento deformado. Então, hoje em dia, outras estruturas de privilégios substituem as anteriores. Havia as velhas estruturas, mas essas foram substituídas por outras. Modernizaram-se também as estruturas de privilégios do Nordeste. Chego lá e vejo a classe média, como está rica... Como está instalada... Uma diferença enorme do que havia na minha época.

MT – *Os apartamentos de Boa Viagem...*

CF – Os apartamentos de Boa Viagem, os automóveis que têm... Eu me recordo, já naquela época chegou ao meu conhecimento que alguns incentivos fiscais que nós dávamos eram desviados para favores para familiares... Gente que deu um automóvel de presente de casamento às filhas, dizendo: “isso foi possível porque recebi incentivos fiscais”. Isso me deu um desgosto muito grande. Mas é impossível evitar esse tipo de coisa... ele queria dar um presente à filha e deu... Mas, de toda forma, a classe política do Nordeste já mostra alguns sintomas, algumas indicações de certa modernização. Não digo de melhoria absoluta. Mas mesmo assim! Veja o Tasso Jereissati, lá do Ceará... Sinto que há mais transparência nas coisas. É mais difícil se esconderem certas coisas hoje do que era naquela época, quando a imprensa local era nula, sempre controlada pelos grupos econômicos. Só saía ou vinha à tona alguma coisa porque brigavam entre eles.

MT – *Um denunciava o outro...*

CF – Um denunciava o outro. Era muito difícil mudar alguma coisa no Nordeste. Se dependesse do consentimento da classe dirigente de lá, não se avançaria nunca. Tanto assim que a lei da Sudene não foi aprovada pela maioria da bancada nordestina. Mas o fato é que o Nordeste podia apelar para a opinião pública brasileira. E, para a opinião pública brasileira, havia uma questão de consciência de culpa; ela queria ter as mãos limpas no Nordeste, como dizia o jornal “Correio da Manhã”, que deu um apoio tremendo a Sudene, assim como “O Estado de São Paulo”. Era preciso limitar o poder dos *profiteurs* [aproveitadores] que havia na classe política nordestina. E isso foi o que tornou possível a Sudene, e lhe deu o poder que tinha. E então logo se criaram as alianças, porque quando você tem força e poder, vêm os aliados, os governadores mais novos. O Aluisio Alves, por exemplo, foi um dos defensores da Sudene. Alguns defendiam até certo ponto, não é?, porque, quando sentiam-se ameaçados em seus

interesses próprios, aí fraquejavam. Tínhamos de ir balanceando um com o outro, corrigindo aqui, contrapesando ali... Absolutamente essencial era que a Sudene não fosse instrumento de nenhum governador. Aí sim, podíamos ser independentes. E, sendo independentes, tínhamos poder. E eu acho que era também a única forma de termos apoio pleno do governo federal, que não queria se meter na brigalhada dali do Nordeste, porque se apoiasse um governo de estado o outro poderia gritar. Então, essa estrutura, esse tecido complicado, esse jogo intrincado de interesses e de rivalidades locais foi explorado pela Sudene. A Sudene também era um órgão político, e não apenas técnico. Era técnico, é claro, por seus padrões técnicos e por usar sempre o padrão técnico em primeiro lugar. Mas sobrevivia, avançava e mantinha-se como um órgão político, que agia dentro da classe política. Por isso é que eu tinha tanto prestígio. Como contei em meu livro, quando houve a eleição de Jânio Quadros, vieram me convidar, dos dois lados, para ser vice-presidente. Queriam um nordestino. Eu disse que não aceitava, que estava ali para realizar uma tarefa que vinha cumprindo. Bem, Jânio Quadros é eleito. Eu estava na Índia, num congresso internacional, e tinha até mesmo arrumado as gavetas, pensando que não ia ser com esse doido [risos], que eu nunca tinha visto, que iria continuar na Sudene. Portanto, estou lá quando Jânio Quadros toma posse — foi o José Aparecido de Oliveira, secretário dele, quem me contou — e pergunta: “E a Sudene, não tem o Celso Furtado aí?” ... E José Aparecido respondeu: “Esse não quer nenhum cargo, presidente... Esse foi embora, já cumpriu a missão dele, não quer coisa nenhuma... não tem aspiração nenhuma”. Mas o José Aparecido fez isso com um pouco de malícia, porque sabia como o Jânio se revoltaria se alguém não quisesse colaborar com ele. Então ele disse: “Quando ele voltar, traga-o aqui”. E aconteceu o que contei. Com Jânio trabalhei muito bem porque ele tinha um respeito muito grande pela Sudene e nunca interferiu em nada. É claro que nem Juscelino nem Jango interferiram na Sudene. Mas acho que ninguém foi tão estrito no cumprimento dessa aliança comigo como Jânio. Os três presidentes foram muito corretos, todos queriam preservar a força da Sudene. Você pode imaginar a tranqüilidade que dava a um presidente ter um órgão como a Sudene: independente, capaz de trazer as informações sobre tudo o que se passava no Nordeste, podendo, ao mesmo tempo, deixar o poder federal fora da grande intriga, aliás, da miúda, que é a que domina a política do Nordeste. Então, para esses presidentes, a Sudene era uma *trouvaille*, um achado. E os militares pensavam o mesmo porque quiseram conservar a Sudene. Mas foram tão inábeis! Puseram na cadeia várias pessoas do staff superior da Sudene. O resultado é que se criou uma animosidade muito grande.

MT – *No corpo técnico?*

CF – No corpo técnico sim, o Jader [de Andrade], o Chico de Oliveira... todos eles foram corridos a pedras... presos...

MT – *Mas eu digo animosidade internamente, os outros técnicos.*

CF – Não, os outros técnicos, não. Não houve nenhuma animosidade entre os técnicos da Sudene. O que houve foi animosidade contra os militares, mas todo o staff da Sudene, o corpo técnico, ficou unido. Claro que há sempre alguns que querem preservar seu emprego, que se preocupam mais com isso, é normal. Mas houve uma grande correção por parte de todo o corpo técnico em preservar o órgão. Eu estava nos Estados Unidos e o primeiro superintendente da era militar, que eu conhecia, me procurou na época e disse: “a minha preocupação maior é salvar o máximo possível da Sudene, isso é o que o presidente pensa’ — referia-se a Castelo Branco. O próprio Justino Alves, que era comandante do 4º Exército e que não era flor que se cheirasse — depois eu soube tanta coisa dele... —, na verdade, respeitou a Sudene. Quando Castelo ainda estava no Recife, comandando o 4º Exército e houve uma grande campanha contra mim, ele mandou me dizer que me apoiaria, daria todo o apoio necessário. O pessoal militar tinha muito orgulho da Sudene. De modo que o que fizeram contra a Sudene e contra a mim, pessoalmente, foi intriga do pessoal político do Nordeste. Quando houve o golpe de 64, eu fiquei no Palácio com Arraes e saí e fui falar com Justino.

MT – *No quartel-general...*

CF – No quartel-general. Cheguei lá e encontrei os políticos, e à frente deles, Cid Sampaio... Estavam todos lá, já entrosados, tomando posição. Ainda não tinha se decidido o que fazer com Arraes. Ele tinha acabado de ser preso. Foi justamente quando foi preso que eu saí do Palácio e fui falar com Justino. Portanto, não havia muita resistência dos militares. Por parte desses militares não havia nenhum plano contra a Sudene. A preocupação deles foi preservá-la. Mas tinham, provavelmente, informações dadas pelos Dops da vida contra os funcionários, porque foram atrás de vários nomes, fizeram uma razzia e os prenderam. Os que estavam na direção da Sudene, os que eram diretores de departamentos, quase todos foram procurados pela polícia. Você pode imaginar um órgão como a Sudene, que não tinha nenhuma participação na vida política, nem tinha uma agitação própria. Foi um desastre.

MT – *Eu tenho uma última pergunta, mais de cunho teórico. O sr. faz às vezes certas provocações com respeito a certas teorias econômicas. Fala que a teoria econômica, de alguma maneira, sempre teve o que o chama de um forte teor apologético. E aí o sr. fala do desenvolvimento, da trajetória de Ricardo, Schumpeter, Keynes... Eu lhe pergunto, nos dias de hoje, com essas novas idéias associadas à globalização, ao neo-liberalismo, ao desenvolvimento sustentável, entre outras, o que o sr. antevê para a ciência econômica?*

CF – Primeiramente, quando falava do teor apologético eu me referia à teoria clássica. Nunca falei em Keynes como apologético... Eu me referia à economia clássica, à teoria do equilíbrio geral, que era um jogo de armar que se fabricava, perfeito, e que depois se iria aplicar à realidade. Foi Keynes quem rompeu com isso, não é? Tenho a impressão de que hoje em dia não há nenhum pensamento propriamente inovador. A teoria econômica está completamente a reboque... Os acontecimentos recentes... O

processo de globalização encontram-se sem nenhuma teorização, nem sequer há uma apologia feita por gente do establishment. A ciência econômica hoje vive completamente à míngua. Veja que os Prêmios Nobel são dados a estatísticos, a gente da coisa aplicada...

MT – *Os econometristas...*

CF – Os econometristas, que são, digamos, inocentes, que não abordam nenhum problema controverso. Nos 50 anos em que estudo economia, nunca vi uma época em que houvesse uma pobreza tão grande com respeito a captar-se a realidade e exercer um papel positivo. A situação é similar à dos anos 20, e mesmo para trás — antes de Schumpeter, que aparece já nos anos 30 —, isto é, quando se estava na teoria neoclássica, que havia se dissociado completamente da realidade. Daí a importância de Keynes, que chega e revira tudo, religa a teoria econômica à realidade. Ele parte da realidade, que era a política econômica. Precisava-se de uma teoria que tivesse aplicação imediata. Assim, hoje em dia estamos num quadro teórico novamente desligado completamente da realidade. Claro, há um tópico aqui, outro ali, etc. Mas, por exemplo, para esse problema da globalização não existe teorização. Nem para o problema da exclusão social e nem para o papel da tecnologia: se existe um determinismo tecnológico de exclusão social, isso quer dizer que a sociedade vai se transformar completamente. Você vai excluindo, excluindo, excluindo e chegará um momento em que a sociedade vai se transformar, vai se criar outra sociedade e modificar o conceito de emprego. É provável que o conceito de emprego não tenha mais nada que ver com o conceito de remuneração. Estamos diante de uma situação em que se colocam problemas novos e a teoria econômica está completamente despreparada para abordá-los. Já se dizia naquela época que a teoria econômica está sempre muito atrasada com respeito à realidade econômica. Os problemas mais importantes são ignorados. Mas como agora, como neste momento, eu nunca tinha visto. Você pode dizer que hoje em dia o maior problema é o da exclusão social, é o da criação do desemprego como função, como resultado imediato do processo tecnológico, do avanço tecnológico, do avanço da acumulação. E se alguém me dissesse isso na minha época de economista eu acharia impossível. E no entanto, é o que nós estamos vendo. Veja os dados sobre o emprego nos Estados Unidos: só se cria emprego no terciário, e ainda assim isso exigiu uma baixa de salário, quando na verdade a produtividade está crescendo fortemente em certos setores. Isso é uma realidade nova que mostra que a ciência econômica não pode existir fora da percepção do contexto social. Imaginar a economia como uma ciência à parte, quer dizer, como se existisse uma realidade econômica própria, sem nada que ver com a realidade política ou social, isso é uma bobagem. Os teóricos do Equilíbrio Geral é que pensaram isso... e também os teóricos da escola de Hayek, que predominam hoje em dia, e que advogam a legitimidade, pelo mercado, da ação social... É o que chamei de “fundamentalismo mercantil”, que vê o mercado como a única fonte de legitimidade: “Ah! depende do mercado, o mercado dirá se isso vale ou não vale”... Isso significa voltar à idéia primitiva da economia como sendo apenas uma ciência do intercâmbio. Mas ela é uma ciência da estrutura social! Acho que vai haver uma reconsideração,

um remanejamento completo das teorias econômicas e das teorias sociais face a esse mundo que está se formando... Imaginar uma economia que funcione sem Estado, que é o que está embutido na forma de pensar atual, uma economia em que não se necessita de coordenação política, de nem do Estado... Nessa ótica, o Estado se encarregaria apenas de coisas que não têm nada a ver com economia... E a legitimidade seria dada pelo mercado. E então chegamos a isso que é o pensamento nos Estados Unidos, ou seja, que o Estado não tem mais propriamente uma missão: agora o social deve ser da responsabilidade das empresas. E assim seria: quanto à problemática social, cada empresa deve cuidar, por exemplo, da formação dos seus quadros, da educação dos seus funcionários, cada empresa deve contribuir com o social diretamente. Não haveria propriamente uma política social, mas a ação social das empresas ou das organizações não-estatais. Isso está muito bonito e pode ter algum sentido para os Estados Unidos, porque eles estão na vanguarda do desenvolvimento, da acumulação, do progresso técnico, etc. Mas para países do Terceiro Mundo significa condená-los à miséria permanente e definitiva. Por isso não creio que essa situação possa continuar muito tempo. E eu queria também fazer uma referência aos países do Leste, que saíram desse *carcan* [canga], dessas estruturas rígidas de planejamento que se perpetuaram, para saltar diretamente para a economia de mercado, sem ter mercado, sem ter formado uma cultura de mercado. Ora, eles estão no meio de caminho — nem isso nem aquilo — e vão ter que se reconstruir. Portanto, a experiência de reconstrução do Estado no Leste europeu vai ser também muito importante. Tão importante quanto a experiência dos países do Terceiro Mundo, que têm de descobrir uma maneira de reconstruir o Estado sem cair na *pesanteur*, no peso, na rigidez da forma de intervenção estatal que tinha até aqui prevalecido. Deverá haver uma transformação estrutural muito grande, tanto no Leste como no Terceiro Mundo... E no chamado primeiro mundo também, porque há a questão de como esses países da Europa irão resolver o problema do desemprego, que é crescente. Portanto, estamos numa época muito interessante, de desafios novos, de problemas novos... e a ciência econômica é que está atrasada.